A execução antecipada da pena nos tribunais superiores brasileiros: os limites da garantia constitucional da presunção de não-culpabilidade

JOÃO PEDRO PEREIRA BRANDÃO

Especialista em Direito Penal Econômico pelo GVlaw (FGV).
Advogado.

ÁREA DO DIREITO: Penal-Processo Penal; Constitucional

RESUMO: Esta pesquisa tem como objeto de estudo os diferentes entendimentos adotados pelos julgadores do STJ e do STF sobre a execução antecipada da pena, através de um enfoque empírico-jurisprudencial, tendo em vista a garantia da presunção de não-culpabilidade prevista no art. 5.º, LVII, da CF/1988 e demais dispositivos normativos referentes ao tema. A principal conclusão retirada da análise dos dados coletados nos indica que, no período compreendido entre 2006 e 2007, não havia entendimento pacífico ou um consenso, entre os julgadores dos tribunais superiores, sobre a constitucionalidade da execução antecipada da pena.

PALAVRAS-CHAVE: Execução antecipada da pena – Execução provisória – Presunção de inocência – Presunção de não-culpabilidade – Prisão cautelar.

ABSTRACT: This paper has the objective of studying different interpretive methods adopted by the judges of the “Superior Tribunal de Justiça” [The Superior Court of Justice] and the “Supremo Tribunal Federal” [The Supreme Court] regarding the sentencing of provisional imprisonment, through an empirical analysis of the jurisprudence, in light of the guarantee of the presumption of innocence mandated in art. 5, section 57 of the Brazilian Constitution of 1988 and other relevant normative provisions. The primary conclusion drawn from the analysis of the data collected is that, between 2006 and 2007 there was no consensus among judges of the Brazilian federal appellate courts about the constitutionality of provisional imprisonment.

KEYWORDS: Provisional imprisonment – Presumption of innocence – Presumption of non-culpability – Protective custody.

SUMÁRIO: Introdução – 1. Metodologia e técnica de pesquisa – 2. Breves considerações sobre a execução antecipada da pena e dispositivos normativos pertinentes ao tema: 2.1 Comentários preliminares à execução antecipada da pena; 2.2 O arcabouço normativo atinente à execução antecipada da pena – 3. Análise dos dados coletados na pesquisa: 3.1 Apresentação dos resultados quantitativos: 3.1.1 Distribuição pelo Estado de origem do recurso/ação; 3.1.2 Espécie de recurso ou ação; 3.1.3 Unanimidade das decisões; 3.1.4 Decisões agregadas pelo resultado sobre execução antecipada da pena no STF (turmas e relatores); 3.1.5 Decisões agregadas pelo resultado sobre execução antecipada da pena no STJ (turmas e relatores); 3.2 Decisões que reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena desagregadas por argumentos utilizados na fundamentação (STF e STJ): 3.2.1 Análise dos acórdãos do STF; 3.2.2 Análise dos acórdãos do STJ; 3.3 Decisões que vedam a possibilidade de execução antecipada da pena desagregadas por argumentos utilizados na fundamentação (STF e STJ); 3.4 STF x STJ: análise comparativa quantitativa das decisões sobre a execução antecipada da pena; 3.5 STF: 1.^a Turma x 2.^a Turma: análise comparativa quantitativa das decisões sobre a execução antecipada da pena; 3.6 STJ: 5.^a Turma x 6.^a Turma: análise comparativa quantitativa das decisões sobre a execução antecipada da pena; 3.7 Tipo de crime: distribuição de acórdãos sobre execução antecipada da pena por tipificação do juízo de primeira instância e tribunal – 4. Breves observações sobre a Rcl 2391/PR, o HC 84078-7/MG, a Súmula 347 do STJ e a nova reforma do Código de Processo Penal – 5. Conclusão – Referências bibliográficas – Anexo A – Anexo B.

INTRODUÇÃO¹ - ²

O presente trabalho tem como tema as diferentes aplicações e entendimentos adotados pelos julgadores do STJ e do STF sobre o instituto jurídico da execução antecipada da pena, tendo em vista a garantia da presunção de não-culpabilidade prevista no art. 5.^º, LVII, da CF/1988 e demais dispositivos normativos pertinentes.

O trabalho, além de fazer uma breve análise dos dispositivos normativos referentes ao tema, confronta os entendimentos presentes nos

1. Recebimento: 23.12.2008. Aprovação: 27.07.2009.
2. Artigo científico apresentado ao Programa de Educação Continuada e Especialização GVlaw, da Direito GV, da Fundação Getúlio Vargas, como exigência parcial para obtenção do título de especialista em Direito, no ano letivo de 2008, sob a orientação da Profa. Dra. Helena Regina Lobo da Costa.

julgados dos Ministros dos tribunais superiores brasileiros sobre a execução antecipada da pena, compreendidos entre os anos de 2006 e 2007, através de um enfoque empírico-jurisprudencial. São quantificadas e apresentadas as teses vencedoras, bem como os argumentos que as embasam, presentes nos acórdãos encontrados através de pesquisa nos sítios eletrônicos dos referidos tribunais.

Justifica-se esta pesquisa pela importância de se demonstrar se os tribunais superiores brasileiros possuem um entendimento pacífico e unânime sobre o referido instituto e, acima de tudo, quais os critérios utilizados na interpretação da garantia constitucional da presunção de não-culpabilidade.

Assim, a questão a ser respondida com esta pesquisa é: existe uniformidade de entendimentos dentro dos tribunais superiores pátrios acerca da aplicação e constitucionalidade da execução antecipada da pena? Além disso, pretende-se trazer à tona quais são os entendimentos dos julgadores sobre o alcance do disposto no art. 5.º, LVII, da CF/1988 e demais dispositivos normativos referentes ao tema.

A hipótese é de que os tribunais superiores brasileiros e suas Turmas julgadoras fazem uso diferenciado do instituto da execução antecipada da pena dependendo das circunstâncias concretas do caso e dos entendimentos pessoais dos julgadores envolvidos, não havendo um consenso ou entendimento pacífico sobre sua aplicabilidade. Espera-se que, em virtude do recente julgamento do HC 84078-7/MG pelo Plenário do STF, as decisões, tanto dos tribunais superiores quanto das instâncias comuns, sigam uma mesma linha, aguardando-se o trânsito em julgado da sentença penal condenatória para determinar a execução da pena.

1. METODOLOGIA E TÉCNICA DE PESQUISA

Sendo o foco do presente trabalho uma análise da aplicação e interpretação de determinado instituto jurídico através do estudo da jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros, cabe aqui uma explicação mais detalhada sobre a metodologia empregada.

O método deste estudo empírico é a verificação da aplicação judicial recente da chamada execução antecipada da pena pelo STJ e STF nos anos de 2006 e 2007.³

A técnica utilizada na pesquisa é a busca de um conjunto de acórdãos que versem sobre o tema, através de uma pesquisa por vocábulos específicos nos sítios eletrônicos dos tribunais superiores. Não se pretendeu reunir a totalidade das decisões que trataram da execução antecipada da pena, mas um número que seja representativo do entendimento dos tribunais citados no biênio 2006-2007. Elaborou-se um banco de dados organizado em tabelas com informações relevantes sobre os casos encontrados que serviram de matéria-prima para posterior análise. As informações que fazem parte das tabelas são as seguintes: tribunal responsável pela decisão; vocábulo pesquisado; número de decisões encontradas; data da pesquisa; tipo de ação; número do processo; estado de origem; relator original do acórdão (com eventual menção a novo Ministro designado excepcionalmente para a relatoria); data do julgamento; data da publicação e fonte; e órgão julgador.⁴ Nem todos os acórdãos encontrados foram analisados. O critério de seleção dos acórdãos que foram lidos na íntegra, para a verificação minuciosa dos argumentos preponderantes na tomada das decisões vencedoras, está descrito logo abaixo.

Pesquisando-se⁵ no sítio eletrônico do STF pela expressão “execução provisória da pena” (entre aspas) dentro do período compreendido entre 01.01.2006 a 31.12.2007, foram encontrados seis documentos. Dentro desta mesma lógica foi pesquisada a expressão “execução antecipada da pena” (entre aspas), com cinco documentos encontrados. Todos os 11 acórdãos⁶ do STF encontrados foram objetos de análise no presente trabalho.

3. Esta pesquisa foi iniciada no primeiro semestre do ano de 2008, antes do julgamento do HC 84078-7/MG pelo Plenário do STF, que resolveu a questão, decidindo pela necessidade do trânsito em julgado da sentença penal condenatória para o início da execução da pena.
4. A ementa e a decisão, bem como o crime que deu origem ao processo não figuram nas tabelas deste artigo por uma questão de espaço, mas podem ser encontradas na versão original deste trabalho que foi apresentado ao Programa de Educação Continuada e Especialização GVlaw, da Direito GV, da Fundação Getúlio Vargas como exigência parcial para obtenção do título de especialista em Direito.
5. Disponível em: [www.stf.gov.br]. Acesso em: 19.06.2008.
6. STF, HC 90645; HC 89799; HC 91675; HC 89952; HC 86753; HC 85616; HC 91232; HC 91176; HC 91333; RHC 89550; HC 88174 – tabela com detalhes ao final do trabalho em Anexo A.

Por sua vez, pesquisando-se⁷ no sítio eletrônico do STJ pela expressão “execução provisória da pena” (entre aspas) dentro do período compreendido entre 01.01.2006 e 31.12.2007, foram encontrados 122 documentos. Dentro da mesma lógica foi pesquisada a expressão “execução antecipada da pena” (entre aspas), com nenhum documento encontrado. Dentre os 122 acórdãos do STJ encontrados apenas 41 deles⁸ foram objeto de análise no presente trabalho, escolhidos aleatoriamente da seguinte forma: enumerando-os em ordem cronológica de 1 a 122, sendo 1 o mais recente e 122 o mais antigo, foram selecionados um a cada três acórdãos na ordem direta (acórdãos 1, 4, 7, 10, 13... e assim por diante).

Totalizando-se 133 acórdãos reunidos para o trabalho, chegamos ao número de 52 documentos que foram analisados.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA E DISPOSITIVOS NORMATIVOS PERTINENTES AO TEMA

2.1 *Comentários preliminares à execução antecipada da pena*

Dentre os muitos problemas e polêmicas que permeiam a execução penal no Brasil, sejam aqueles levantados por doutrinadores, estudiosos, pesquisadores ou operadores do direito, um dos temas mais recorrentes no debate atual é aquele sobre a execução antecipada da pena. E mais especificamente sobre a constitucionalidade de execução da pena havendo a pendência de recursos sem efeito suspensivo, como o recurso especial e o extraordinário, e sobre a obrigatoriedade de recolhimento à prisão para se apelar de sentença penal condenatória.

Acredito que a intensidade com que o tema vem sendo debatido nos últimos anos se dá em grande parte em virtude da falta de um

7. Disponível em: [<http://stj.gov.br>]. Acesso em: 19.06.2008.

8. STJ, HC 76725; HC 70472; HC 86860; HC 87253; HC 84555; HC 73537; HC 75613; HC 84842; HC 83276; HC 72727; Rcl 2460; RHC 21451; HC 64067; HC 79635; AgRg na MC 12493; HC 72890; HC 62465; HC 63540; HC 66151; HC 66129; HC 53192; HC 63906; HC 58799; HC 61920; HC 60767; HC 60128; HC 59669; HC 60544; HC 42483; HC 56278; HC 43967; HC 57263; HC 47451; HC 51364; HC 52326; HC 48698; HC 53260; EDcl no HC 30091; HC 48089; HC 44356; HC 48981 – tabela com detalhes ao final do trabalho em Anexo B.

entendimento uniforme, por parte dos tribunais brasileiros, sobre os limites da garantia constitucional da presunção de não-culpabilidade prevista no art. 5.º, LVII, da CF/1988 em face do grande número de disposições infraconstitucionais que tratam, mesmo que tangencialmente, da questão.

Espera-se que daqui para frente a justiça brasileira siga o entendimento adotado pelo STF, dada a palavra final sobre a questão pelo seu Plenário nos autos do HC 84078-7/MG,⁹ distribuído em 15.03.2004 de relatoria do Min. Eros Grau, remetido ao Plenário em 24.11.2004¹⁰ e julgado em 05.02.2009.

Certamente a polêmica seria menor ou até inexistiria caso estas diversas disposições infraconstitucionais seguissem na mesma linha, porém o que se percebe é que muitas delas conflitam entre si.

O que se pode dizer com certeza é que os dispositivos atinentes à matéria precisam estar necessariamente alinhados às disposições constitucionais, sob pena de terem sua vigência negada, mais precisamente aquelas inculpidas no art. 5.º, LIV (“ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”),¹¹ LV (“aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”) e principalmente no inc. LVII (“ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”).

2.2 O arcabouço normativo atinente à execução antecipada da pena

A análise das decisões e entendimentos dos Ministros do STJ e STF não pode ser feita antes que seja exposto o panorama normativo brasileiro que embasa os julgados referentes à questão em estudo.

9. Ainda pendente de julgamento pelo Plenário do STF.

10. Disponível em: [www.stf.jus.br]. Acesso em: 09.08.2009.

11. Conforme nos ensina Antonio Magalhães Gomes Filho: “Presunção de inocência e *devido processo legal*, na verdade, são conceitos que se complementam, traduzindo a concepção básica de que o reconhecimento da culpabilidade não exige apenas a existência de um processo, mas sobretudo de um processo *justo*, no qual o confronto entre o poder punitivo estatal e o direito de liberdade do acusado seja feito em termos de equilíbrio”. (GOMES FILHO, 2006, p. 323).

De um lado temos os dispositivos que poderíamos chamar de caráter “garantista”, ao determinar que a execução da pena somente poderá se iniciar após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. De outro temos uma legislação que segue a linha de raciocínio do movimento *law and order*,¹² conforme leciona Alberto Silva Franco (Silva Franco, 2005, p. 96), e que ou condiciona o direito de apelar e de acesso à segunda instância ao efetivo recolhimento do réu à prisão ou determina ser efeito automático da sentença condenatória de primeiro grau a prisão do réu, se ele ainda lá não estiver, configurando-se em ambas as situações a execução antecipada da pena.

Dentre o arcabouço normativo que se considerava vigente no período analisado e que de alguma maneira trata da questão da execução antecipada da pena, o Dec.-lei 3.689, de 03.10.1941, nosso Código de Processo Penal, é um dos mais polêmicos. Ele trazia em seus arts. 393; 594 e 637,^{13 - 14 - 15} as seguintes disposições: (a) são efeitos da sentença

12. O movimento político criminal denominado *Law and Order* tem como principal bandeira o aumento da repressão penal. Este movimento surgiu na década de 80 nos Estados Unidos da América e na Inglaterra e foi utilizado como estratégia política nas campanhas de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. A tática utilizada por este movimento para emplantar-se reside justamente no culto ao medo e na propaganda do aumento de criminalidade. Os integrantes deste movimento passaram a defender o enrijecimento do sistema punitivo, o fim das garantias concedidas aos detentos na fase de execução penal, bem como a reintrodução da pena de morte nos países onde esta fora abolida. Apesar de tal movimento não ter tido amplo acolhimento nas legislações penais ocidentais, pode-se, sem sombra de dúvida, atribuir a ele uma regressão conservadora no Direito Penal e na política criminal adotada em vários países. No Brasil, por exemplo, tal regresso pode ser percebido na Lei 8.072/1990, a chamada Lei dos Crimes Hediondos, bem como na Lei 7.960/1989, que regula a prisão temporária. (Pires e Sales, 2003, p. 299-301).
13. “Art. 393. São efeitos da sentença condenatória recorrível: I – ser o réu preso ou conservado na prisão, assim nas infrações inafiançáveis, como nas afiançáveis enquanto não prestar fiança; II – ser o nome do réu lançado no rol dos culpados.”
14. “Art. 594. O réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, ou prestar fiança, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória, ou condenado por crime de que se livre solto.” – Este dispositivo encontra-se atualmente revogado pela Lei 11.719/2008.

condenatória recorrível ser o réu preso ou conservado na prisão e ter seu nome lançado no rol de culpados; (b) a impossibilidade de o réu apelar sem recolher-se à prisão, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória; e (c) o recurso extraordinário não possui efeito suspensivo e assim que arrazoados pelo recorrido os autos do traslado, a execução será iniciada.

Alexandre Wunderlich sustenta que artigos como o art. 594 do CPP teriam, à época, sofrido o “fenômeno da constitucionalização necessária”, sendo considerados inconstitucionais diante do sistema vigente (Wunderlich, 2002, p. 506). Roberto Delmanto Júnior também entende que não são aplicáveis as regras do Código de Processo Penal e de outras leis extravagantes que estiverem em dissonância com o texto constitucional surgido posteriormente, sustentando que a Constituição automaticamente os revoga (Delmanto Júnior, 2001, p. 16 e 17).

Na mesma linha do nosso Código de Processo Penal seguem a Lei 7.492, de 16.06.1986 que trata dos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional;¹⁶ a Lei 8.072, de 25.07.1990, com alterações introduzidas pela Lei 11.464/2007, que dispõe sobre os crimes hediondos;¹⁷ a Lei 9.034, de 03.05.1995 que trata da prevenção e repressão ao crime organizado;¹⁸ a Lei 9.613, de 03.03.1998 que trata do crime de lavagem de dinheiro;¹⁹ e a Lei 11.343, de 23.08.2006, chamada de Nova Lei de Tóxicos.²⁰ Em todas elas o legislador institui como regra o recolhimento à prisão para que o réu possa apelar à segunda instância, sendo a

15. “Art. 637. O recurso extraordinário não tem efeito suspensivo, e uma vez arrazoados pelo recorrido os autos do traslado, os originais baixarão à primeira instância, para a execução da sentença.”
16. “Art. 31. Nos crimes previstos nessa Lei e punidos com pena de reclusão, o réu não poderá prestar fiança, nem apelar antes de ser recolhido à prisão, ainda que primário e de bons antecedentes, se estiver configurada situação que autoriza a prisão preventiva.”
17. Art. 2.º, § 3.º: “Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.”
18. “Art. 9.º. O réu não poderá apelar em liberdade, nos crimes previstos nesta Lei.”
19. “Art. 3.º. Os crimes disciplinados nesta Lei são insuscetíveis de fiança e liberdade provisória e, em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.”

exceção a possibilidade de aguardar o reexame da sentença em liberdade, deixando a cargo do magistrado de primeira instância decidir de forma fundamentada se o réu tem direito a este “benefício”.

Tais dispositivos, além de ferirem gravemente a presunção de não-culpabilidade, atingem da mesma maneira a garantia do duplo grau de jurisdição, pois que vinculam de forma direta o conhecimento do recurso de apelação ao recolhimento do réu à prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, configurando-se a chamada execução antecipada da pena.

Importante salientar o firme posicionamento de Rogério Lauria Tucci, que leciona inexistir execução provisória no processo penal brasileiro, mas tão-somente modalidades de prisão cautelar, fundadas nos requisitos do art. 312 do CPP (Tucci, 2004, p. 281):

“Ora, isso significa que o acusado, como tal, somente poderá ter sua prisão provisória decretada quando esta assuma natureza cautelar, ou seja, nos casos de prisão em flagrante, de prisão temporária ou de prisão preventiva.

Ao revés, proferido ato decisório, passível de enfrentamento por um dos recursos em lei previstos – apelação, recurso especial, recurso extraordinário –, mesmo que estes devam ser recebidos apenas no efeito devolutivo, impõe-se, para segregação prévia do condenado, a especificação, no *decisum*, simultaneamente com a condenação, do decreto de prisão preventiva, com supedâneo nos pressupostos (prova de existência do crime e indício suficiente de autoria) e num dos possíveis requisitos (garantia da ordem pública, garantia da ordem econômica, aplicação da lei penal) estatuídos no art. 312 do CPP.

A não ser assim, a ordem de prisão, tipicamente processual, apresentar-se-á, indubitavelmente, equivocada, consistindo em constrangimento ilegal à liberdade de locomoção do condenado.”

Já a Lei 8.038, de 28.05.1990 que institui as normas procedimentais do processamento dos recursos especial e extraordinário, entre outros,²¹ pode ser considerada um dos pivôs da polêmica acerca da

20. “Art. 59. Nos crimes previstos nos arts. 33, *caput* e § 1.º, e 34 a 37 desta Lei, o réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória.”

execução antecipada da pena, pois que é comumente trazida nas decisões judiciais como fundamento da aplicação do instituto jurídico em estudo. Esta lei dispõe que os recursos especial e extraordinário serão recebidos apenas no efeito devolutivo. Nesse sentido a redação do § 2.º do art. 27 deixa a porta aberta para que a garantia constitucional da presunção de não-culpabilidade seja sistematicamente violada.

A Lei 7.210, de 11.07.1984 (Lei de Execução Penal) já demonstra uma lógica mais alinhada ao “garantismo” que inspiraria a nossa próxima Constituição Federal em 1988. Tanto o art. 105²² quanto o 147²³ são muito precisos e claros, utilizando-se de termos técnicos específicos, ao estabelecer da mesma forma que a execução da pena aplicada, seja privativa de liberdade ou restritiva de direitos, somente se iniciará após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. As disposições do art. 164²⁴ reforçam esta idéia, estabelecendo que a certidão da sentença condenatória com trânsito em julgado valerá como título executivo judicial.

De qualquer maneira, toda a legislação precisa necessariamente estar alinhada às disposições da Constituição Federal de 1988, além daquelas constantes do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica – promulgado pelo Dec. 678/1992). Tais pactos internacionais, por força do art. 5.º, § 2.º, da CF/1988,²⁵ foram incorporados ao nosso ordenamento jurídico com *status* de norma constitucional (Piovesan, 2000, p. 73).²⁶ Desta forma, estes pactos internacionais assumem o caráter de fontes do direito processual penal

21. Art. 27, § 2.º: “Os recursos extraordinário e especial serão recebidos no efeito devolutivo.”
22. “Art. 105. Transitando em julgado a sentença que aplicar pena privativa de liberdade, se o réu estiver ou vier a ser preso, o juiz ordenará a expedição de guia de recolhimento para a execução.”
23. “Art. 147. Transitada em julgado a sentença que aplicou a pena restritiva de direitos, o juiz de execução, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, promoverá a execução, podendo, para tanto, requisitar, quando necessário, a colaboração de entidades públicas ou solicitá-la a particulares.”
24. “Art. 164. Extraída certidão da sentença condenatória com trânsito em julgado, que valerá como título executivo judicial, o Ministério Público requererá, em autos apartados, a citação do condenado para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar o valor da multa ou nomear bens à penhora.”

com hierarquia superior às leis ordinárias conforme entendimento de Andrés de La Oliva Santos (1994 apud Delmanto Júnior, 2001, p. 16).

Nesse sentido percebemos que a presença destacada da garantia constitucional da presunção de não-culpabilidade no texto de nossa Lei Maior evidencia uma escolha por um entendimento do processo penal em que a liberdade e a dignidade da pessoa humana são pontos centrais do sistema punitivo (Gomes Filho, 2006, p. 313).

Conforme Antonio Magalhães Gomes Filho leciona:

“Essa opção ficou ainda mais nítida com a subsequente incorporação ao direito brasileiro de importantes textos internacionais, como o Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), que igualmente destacam a presunção de inocência como garantia fundamental de toda pessoa submetida a processo criminal.”

O Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos (Pacto de Nova Iorque – promulgado pelo Dec. 592/1992) traz em seu bojo disposições que reafirmam alguns de nossos dispositivos constitucionais bem como outros que ampliam a gama de garantias, como o direito à presunção de inocência enquanto não for legalmente provada sua culpa (art. 14, 2), a vedação ao encarceramento arbitrário (art. 9, 1), a garantia do duplo grau de jurisdição (art. 14, 5) e a impossibilidade de a prisão preventiva ser a regra geral (art. 9, 3) (Delmanto Júnior, 2001, p. 36).

Já a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica) dispõe em seu art. 7, n. 2, que ninguém poderá ser privado de liberdade, salvo pelas causas e nas condições previamente fixadas pelas Constituições políticas dos Estados-partes ou pelas leis de acordo com elas promulgadas. Ou seja, deve-se obedecer o que reza a Constituição e as leis que com ela estiverem de acordo. O

25. Art. 5.º, § 2.º: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.”
26. No mesmo sentido Roberto Delmanto Júnior (Delmanto Júnior, 2001, p. 16).

seu art. 8, n. 2, também prescreve que toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa (Piovesan, 2000, p. 407-408).

Por outro lado, apesar de, na opinião de alguns, flagrantemente inconstitucional, a execução antecipada da pena pode servir como instrumento de efetivação de garantias, sendo legítima, mesmo que em sede provisória, para a efetivação de certos direitos do preso como, por exemplo, a progressão de regime carcerário e o livramento condicional. Nesta ótica a execução antecipada da pena ganha contornos garantistas (Wunderlich, 2002, p. 503-504). O parágrafo único do art. 2.º da LEP aponta nesse sentido ao dispor que as disposições lá contidas “aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária”.

3. ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA

3.1 Apresentação dos resultados quantitativos

3.1.1 Distribuição pelo Estado de origem do recurso/ação

Como se pode verificar pela leitura da Tabela 1, aproximadamente 73% dos recursos/ações pesquisados e julgados pelos tribunais superiores sobre o tema da execução antecipada da pena são provenientes da região sudeste, com destaque para o Estado de São Paulo que sozinho representa 40,4% do total. Rio de Janeiro e Minas Gerais, outros dois Estados da região, representam cada um 15,4% do total dos casos estudados.

Analisando-se separadamente os tribunais, temos que 75,6% dos recursos/ações julgados pelo STJ e que foram objeto da pesquisa são provenientes da região sudeste, enquanto que no STF este número cai para 54,6%. Contando-se apenas o Estado de São Paulo, verifica-se que 41,5% dos recursos/ações que chegaram ao STJ e 36,4% daqueles que entraram no STF são provenientes de lá.

**Tabela 1 – Distribuição pelo Estado de origem do recurso/ação
(Brasil 2006-2007)**

Estado de Origem	Tribunal		Total
	STJ	STF	
AM	–	1 (9,1%)	1 (1,9%)
CE	2 (4,9%)	–	2 (3,8%)
DF	1 (2,4%)	–	1 (1,9%)
ES	1 (2,4%)	–	1 (1,9%)
MG	6 (14,6%)	2 (18,2%)	8 (15,4%)
MS	1 (2,4%)	–	1 (1,9%)
PE	2 (4,9%)	2 (18,2%)	4 (7,7%)
PR	–	1 (9,1%)	1 (1,9%)
RJ	8 (19,5%)	–	8 (15,4%)
RS	1 (2,4%)	1 (9,1%)	2 (3,8%)
SC	2 (4,9%)	–	2 (3,8%)
SP	17 (41,5%)	4 (36,4%)	21 (40,4%)
Total	41 (100,0%)	11 (100,0%)	52 (100,0%)

Fonte: sítios eletrônicos do STF e do STJ.

3.1.2 Espécie de recurso ou ação

No que se refere às espécies de recursos ou ações analisadas na pesquisa e que chegaram aos tribunais superiores, aproximadamente 93% dos casos decididos no STJ foram provenientes da impetração de *habeas corpus*, incluindo-se aí também os recursos ordinários em *habeas corpus*, percentual elevadíssimo. Em seguida aparecem, com a mesma frequência, agravo regimental em medida cautelar, embargos de declaração em *habeas corpus* e reclamação com 2,4% cada um no STJ.

Já no STF, surgiram apenas dois tipos de recursos/ações na pesquisa realizada, quais sejam, *habeas corpus* e recurso ordinário em *habeas corpus*. O STF foi chamado a decidir majoritariamente em *habeas corpus* (90,9%).

Tabela 2 – Tipo de recurso ou ação (Brasil 2006-2007)

Tipo de recurso ou ação	Tribunal		Total
	STJ	STF	
Agravo regimental na medida cautelar	1 (2,4%)	–	1 (1,9%)
Embargos de declaração em <i>habeas corpus</i>	1 (2,4%)	–	1 (1,9%)
<i>Habeas corpus</i>	37 (90,2%)	10 (90,9%)	47 (90,4%)
Reclamação	1 (2,4%)	–	1 (1,9%)
Recurso ordinário em <i>habeas corpus</i>	1 (2,4%)	1 (9,1%)	2 (3,8%)
Total	41 (100,0%)	11 (100,0%)	52 (100,0%)

Fonte: sítios eletrônicos do STF e do STJ.

3.1.3 Unanimidade das decisões

Com relação à forma de decisão, o estudo fez distinção entre os julgados que foram proclamados por unanimidade, ou seja, naqueles em que todos os juízes decidiram da mesma maneira e, por outro lado, aqueles em que houve divergência com apresentação de voto vencido. Os números são apresentados na Tabela 3.

Tomando-se como base o STF, 63,6% das decisões analisadas neste estudo foram por unanimidade, enquanto que no STJ esse número pula para 95,1%. Agregando-se os dois tribunais temos um total de 88,5% das decisões proferidas de forma unânime. Importante salientar que a forma como foram tomadas as decisões estudadas (unanimidade ou maioria) e que fazem parte desta análise dizem apenas respeito ao tema da execução antecipada da pena. Outros pontos discutidos nos acórdãos pesquisados foram desconsiderados.

Tabela 3 – Distribuição de acórdãos por votação unânime e Tribunais (Brasil 2006-2007)

Votação Unânime	Tribunal		Total
	STF	STJ	
Sim	7 (63,6%)	39 (95,1%)	46 (88,5%)
Não	4 (36,4%)	2 (4,9%)	6 (11,5%)
Total	11 (100,0%)	41 (100,0%)	52 (100,0%)

Fonte: sítios eletrônicos do STF e do STJ.

3.1.4 *Decisões agregadas pelo resultado sobre execução antecipada da pena no STF (turmas e relatores)*

A Tabela 4 traz as decisões do STF agregadas pelo resultado (sem a descrição pormenorizada dos argumentos específicos utilizados) sobre o entendimento das turmas e relatores acerca da possibilidade jurídica ou não da execução antecipada da pena. Cumpre ressaltar que devido ao pequeno número de decisões encontradas através dos vocábulos pesquisados, não é possível retirarmos conclusões mais contundentes e firmes do entendimento do STF sobre o tema. As decisões encontradas tiveram como relatores somente os Ministros Marco Aurélio, Cármen Lúcia e Ricardo Lewandowski da 1.^a T. e os Ministros Joaquim Barbosa e Eros Grau da 2.^a T.

Através da leitura da referida tabela podemos verificar que dentre todos os acórdãos analisados do STF, 36,4% reconheceram a possibilidade de se executar antecipadamente a pena, enquanto que em 45,5% a decisão foi no sentido da impossibilidade da execução antecipada. Os outros casos (18,2%) tratam de decisões com análise do mérito prejudicada em virtude do trânsito em julgado da sentença.

O confronto entre os entendimentos da 1.^a e 2.^a Turmas do STF será analisado mais profundamente no item 3.5 através da leitura da Tabela 10.

Tabela 4 – STF – Decisões agregadas pelo resultado sobre execução antecipada da pena divididas por turmas e relatores dos acórdãos (Brasil 2006-2007)

STF (acórdãos)	1.ª Turma						2.ª Turma				Total
	Relator do acórdão						Relator do acórdão				
	Marco Aurélio		Cármem Lúcia		Ricardo Lewandowski		Joaquim Barbosa		Eros Grau		
	v.u.	m.v.	v.u.	m.v.	v.u.	m.v.	v.u.	m.v.	v.u.	m.v.	
Decisões que reconhecem a possibilidade da execução antecipada da pena	-	1*	-	1	1	-	1	-	-	-	4 (36,4%)
Decisões que vedam a possibilidade de execução antecipada da pena	-	-	-	-	-	-	-	1**	3	1	5 (45,5%)
Decisões com análise do mérito prejudicada em virtude do trânsito em julgado da sentença penal condenatória	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	2 (18,2%)
Total de acórdãos	-	1	1	1	1	-	2	1	3	1	11 (100,0%)
	1		2		1		3		4		
	Total 1.ª T. 4 acórdãos						Total 2.ª T. 7 acórdãos				

* Rel. p/ acórdão Min. Menezes Direito

** Rel. p/ acórdão Min. Eros Grau

Legenda (relativa ao ponto que analisa a possibilidade de execução antecipada da pena):

v.u. – votação unânime

m.v. – maioria de votos

Fonte: sítio eletrônico do STF.

3.1.5 Decisões agregadas pelo resultado sobre execução antecipada da pena no STJ (turmas e relatores)

A Tabela 5 traz as decisões do STJ agregadas pelo resultado sobre o entendimento das turmas e relatores acerca da possibilidade jurídica

ou não da execução antecipada da pena. As decisões encontradas tiveram como relatores somente os Ministros Laurita Vaz, Felix Fischer, Arnaldo Esteves Lima, Jane Silva e Gilson Dipp da 5.^a T. e os Ministros Maria Thereza de Assis Moura, Hamilton Carvalhido e Nilson Naves da 6.^a T.

Podemos verificar que dentre todos os acórdãos analisados do STJ, 73,2% reconheceram a possibilidade de se executar antecipadamente a pena, enquanto que em 14,6% a decisão foi no sentido da impossibilidade da execução antecipada. Os outros casos tratam: de decisões com análise do mérito prejudicada em virtude do trânsito em julgado da sentença (4,9%); de decisões com análise do mérito prejudicada, mas que reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena em tese (2,4%); decisões que não conhecem do recurso, mas que vedam a possibilidade de execução antecipada da pena em tese (2,4%); e *habeas corpus* não conhecido (2,4%).

O confronto entre os entendimentos da 5.^a e 6.^a Turmas do STJ será analisado mais profundamente no item 3.6 através da leitura da Tabela 11.

3.2 Decisões que reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena desagregadas por argumentos utilizados na fundamentação (STF e STJ)

3.2.1 Análise dos acórdãos do STF

A tabela seguinte mostra os números relativos às decisões do STF que reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena, divididos por turma e relator do acórdão, e trazendo, resumidamente, os argumentos utilizados nas fundamentações (inclusive de jurisprudências citadas no acórdão).

Dentre o total de quatro decisões pesquisadas que se encaixam neste grupo, em dois são utilizados os argumentos de que a pendência de recurso extraordinário e recurso especial não impede a execução antecipada da pena, pois que não têm efeito suspensivo, não havendo qualquer afronta à presunção de não-culpabilidade. Ambos são provenientes da 1.^a T.: um cujo relator para o acórdão foi o Min. Menezes Direito de relatoria do Min. Marco Aurélio e outro de relatoria do Min. Ricardo Lewandowski.

Outra argumentação utilizada em decisão de relatoria da Min. Cármen Lúcia, é quase idêntica à anterior, somente se acrescentando que não há qualquer lesão à *presunção de inocência* mesmo tendo o réu respondido a todas as fases do processo em liberdade.

Por fim, a última decisão deste grupo é única da 2.^a T., de relatoria do Min. Joaquim Barbosa, apesar de, ao final conceder a liberdade ao réu, reconhece a possibilidade da execução antecipada até que o Plenário do STF decida definitivamente de modo contrário, mesmo com a pendência de recursos especial e extraordinário, devendo a análise de eventual constrangimento ilegal ser feita caso a caso.

Tabela 6 – STF – Decisões que reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena desagregadas por argumentos utilizados na fundamentação (Brasil 2006-2007)

STF (acórdãos)	1.ª Turma						2.ª Turma		Total
	Relator						Relator		
	Marco Aurélio		Cármem Lúcia		Ricardo Lewandowski		Joaquim Barbosa		
	v.u.	m.v.	v.u.	m.v.	v.u.	m.v.	v.u.	m.v.	
A – A pendência de recursos especial e extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência	-	1*	-	-	1	-	-	-	2 (50,0%)
B – A pendência de recursos especial e extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência, mesmo que o réu tenha respondido a todo o processo em liberdade	-	-	-	1	-	-	-	-	1 (25,0%)
C – Até que o Plenário do STF decida de modo contrário, é constitucional a execução provisória da pena, ainda sem o trânsito em julgado e mesmo com a pendência de recursos especial e extraordinário, devendo a existência de constrangimento ilegal ser analisada a cada caso concreto. (Paciente que permaneceu solto durante toda a instrução e possui residência fixa deve ser solto)	-	-	-	-	-	-	1	-	1 (25,0%)
Total de acórdãos	0	1	0	1	1	0	1	0	4 (100,0%)
	1		1		1		1		
	Total 1.ª T. 3 acórdãos						Total 2.ª T. 1 acórdão		

* Relator para acórdão Min. Menezes Direito

Fonte: sítio eletrônico do STF.

3.2.2 *Análise dos acórdãos do STJ*

A enorme quantidade de distintas fundamentações e argumentos utilizados pelos Ministros do STJ nas decisões que reconhecem a possibilidade da execução antecipada é tão grande que se tornou inviável a construção de uma tabela pelas proporções que ela tomaria. São 30 acórdãos no total, sendo 11 de relatoria da Min. Laurita Vaz, mesmo número de acórdãos de relatoria do Min. Félix Fischer, quatro de relatoria do Min. Arnaldo Esteves Lima, três de relatoria da Min. Jane Silva e um do Min. Gilson Dipp.

Chama a atenção, não só o fato de existirem um número elevado de decisões desta natureza, mas principalmente porque todo o universo delas está restrito à 5.^a T. Podemos identificar 22 fundamentações diferentes dentre as 30 decisões analisadas. Algumas destas fundamentações identificadas apresentam argumentos em comum, porém não em sua totalidade.

Também chama atenção o fato de que dentre as 30 decisões do STJ analisadas neste tópico, 29 se deram por unanimidade de votos e em somente uma delas houve voto divergente do proferido pelo relator.

Passamos agora à apresentação dos argumentos e fundamentações utilizadas nos acórdãos analisados, de acordo com o relator.

Como já apresentado na introdução deste tópico, foram 11 os acórdãos de relatoria da Min. Laurita Vaz, sendo todos por votação unânime. As argumentações utilizadas nas decisões que reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena foram as seguintes:

- A pendência de recurso especial e recurso extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência; Súmula 267 do STJ; a execução provisória do julgado constitui mero efeito da condenação (um acórdão);
- A pendência de recurso especial e recurso extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência, mesmo que o réu tenha respondido a todo o processo em liberdade; Súmula 267 do STJ; a execução provisória do julgado constitui mero efeito da condenação (um acórdão);

- A pendência de recurso especial e recurso extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência, mesmo que o réu tenha respondido a todo o processo em liberdade e Juiz de primeiro grau tenha assegurado direito de recorrer em liberdade; art. 27, § 2.º, da Lei 8.038/1990 e Súmula 267 do STJ; a execução provisória do julgado constitui mero efeito da condenação; a presunção de inocência apenas impede que se lance o nome do réu no rol dos culpados enquanto não transitada em julgado a condenação (um acórdão);

- A pendência de recurso especial e recurso extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência; art. 27, § 2.º, da Lei 8.038/1990 e Súmula 267 do STJ; a execução provisória do julgado constitui mero efeito da condenação; hipótese do art. 675 do CPP somente se aplica nos casos de recurso com efeito suspensivo (um acórdão);

- A pendência de recurso especial e recurso extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência, mesmo que o réu tenha respondido a todo o processo em liberdade e Juiz de primeiro grau tenha lhe assegurado o direito de recorrer em liberdade, decisão esta que não vincula o Tribunal de 2.º grau; art. 27, § 2.º, da Lei 8.038/1990 e Súmula 267 do STJ; a execução provisória do julgado constitui mero efeito da condenação; hipótese do art. 675 do CPP somente se aplica nos casos de recurso com efeito suspensivo; como se trata de mero efeito da condenação e não de custódia preventiva, desnecessária a presença dos requisitos do art. 312 do CPP (um acórdão);

- Somente após o esgotamento da instância ordinária é permitida a execução provisória da pena tendo em vista que o recurso especial e o recurso extraordinário não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência, mesmo que o réu tenha respondido a todo o processo em liberdade e Juiz de primeiro grau tenha lhe assegurado o direito de recorrer em liberdade; Súmula 267 do STJ; a execução provisória do julgado constitui mero efeito da condenação; hipótese do art. 675 do CPP somente se aplica nos casos de recurso com efeito suspensivo (um acórdão);

- A pendência de recurso especial e recurso extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência, mesmo que o réu tenha respondido a todo o processo em liberdade e Juiz de primeiro grau tenha lhe assegurado o direito de recorrer em liberdade, decisão esta que não vincula o Tribunal de 2.º grau; Súmula 267 do STJ; A execução provisória do julgado constitui mero efeito da condenação; hipótese do art. 675 do CPP somente se aplica nos casos de recurso com efeito suspensivo (um acórdão);

- A pendência de recurso especial e recurso extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo; art. 27, § 2.º, da Lei 8.038/1990; A execução provisória do julgado constitui mero efeito da condenação (um acórdão);

- A pendência de recurso especial e recurso extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência, mesmo que o réu tenha respondido a todo o processo em liberdade e Juiz de primeiro grau tenha lhe assegurado o direito de recorrer em liberdade, decisão esta que não vincula o Tribunal de 2.º grau; a execução provisória do julgado constitui mero efeito da condenação; art. 637 do CPP; a presunção de inocência apenas impede que se lance o nome do réu no rol de culpados enquanto não transitada em julgado a condenação (dois acórdãos);

- Somente após o esgotamento da instância ordinária é permitida a execução provisória da pena tendo em vista que recurso especial e recurso extraordinário não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência; Súmula 267 do STJ (um acórdão).

Foram 11 os acórdãos de relatoria do Min. Felix Fischer, sendo todos, mais uma vez, por votação unânime. As argumentações utilizadas nas decisões foram as seguintes:

- A pendência de recurso especial e recurso extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo; art. 27, § 2.º, da Lei 8.038/1990 e Súmula 267 do STJ (dois acórdãos);

- A pendência de recurso especial e recurso extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência, mesmo que o réu tenha respondido a todo o processo em liberdade e Juiz de primeiro grau tenha assegurado direito de recorrer em liberdade; art. 27, § 2.º, da Lei 8.038/1990 e Súmula 267 do STJ (um acórdão);

- Admite-se a execução provisória da pena e a progressão de regime de cumprimento de pena antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, se pendente recurso da acusação, tendo em vista que este não possui efeito suspensivo; Súmula 716 do STF (um acórdão);

- A pendência de recurso especial e recurso extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo; art. 27, § 2.º, da Lei 8.038/1990 e Súmula 267 do STJ; a execução provisória do julgado constitui decorrência natural do acórdão mantenedor da sentença condenatória (um acórdão);

- Execução provisória da pena não fica suspensa em virtude de ordem do STF que concede liberdade provisória até trânsito em julgado da sentença penal condenatória (um acórdão);

- A pendência de recurso especial e recurso extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência; art. 27, § 2.º, da Lei 8.038/1990 e Súmula 267 do STJ; a execução provisória do julgado constitui mero efeito da condenação; hipótese do art. 675 do CPP somente se aplica nos casos de recurso com efeito suspensivo (dois acórdãos);

- Somente após o esgotamento da instância ordinária é permitida a execução provisória da pena tendo em vista que recurso especial e recurso extraordinário não possuem efeito suspensivo; ainda há possibilidade de oposição de embargos de declaração contra o acórdão proferido em sede de apelação, daí porque não ser admitida nesse momento a execução provisória da pena (um acórdão);

- Somente após o esgotamento da instância ordinária é permitida a execução provisória da pena tendo em vista que recurso especial e recurso extraordinário não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência, mesmo que o réu tenha respondido a todo o processo em liberdade e Juiz de

primeiro grau tenha lhe assegurado o direito de recorrer em liberdade, decisão esta que não vincula o Tribunal de 2.º grau; art. 27, § 2.º, da Lei 8.038/1990 e Súmula 267 do STJ; a execução provisória do julgado constitui decorrência natural da condenação; hipótese do art. 675 do CPP somente se aplica nos casos de recurso com efeito suspensivo (um acórdão);

- A expedição de mandado prisional após o término da instância ordinária não implica violação ao princípio constitucional da presunção de inocência, pois a prisão constitui-se mero efeito da condenação; porém a situação concreta não atrai a aplicação da Súmula 267 do STJ uma vez que não resta configurado o término da instância ordinária por ainda estar em trâmite embargos de declaração defensivos; deve-se manter o réu em liberdade uma vez que os recursos ordinários têm efeito suspensivo, impedindo a execução provisória da pena (um acórdão).

Já o Min. Arnaldo Esteves Lima, do STJ, foi relator em quatro acórdãos que reconhecem a possibilidade da execução antecipada da pena, todos com votação unânime, fundamentando as decisões com os seguintes argumentos:

- A pendência de recurso especial e recurso extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência; Súmula 267 do STJ; a execução provisória do julgado constitui mero efeito da condenação (um acórdão);

- Somente após o esgotamento da instância ordinária é permitida a execução provisória da pena tendo em vista que recurso especial e recurso extraordinário não possuem efeito suspensivo; ainda há possibilidade de oposição de embargos de declaração contra o acórdão proferido em sede de apelação, daí porque não ser admitida nesse momento a execução provisória da pena (um acórdão);

- Até que o Plenário do STF decida de modo contrário, é constitucional a execução provisória da pena, ainda sem o trânsito em julgado e mesmo com a pendência de recurso especial e recurso extraordinário, devendo ser aplicada a Súmula 267 do STJ (um acórdão);

- Não esgotadas as vias recursais ordinárias por ainda estarem em trâmite embargos infringentes defensivos, deve-se manter o réu em

liberdade uma vez que os recursos ordinários têm efeito suspensivo, impedindo a execução provisória da pena. A prisão nesses casos somente poderá ser decretada a título cautelar (art. 312 do CPP) (um acórdão).

A Min. Jane Silva foi relatora em três acórdãos, sendo duas decisões por votação unânime e uma por maioria de votos. Foram utilizados os seguintes argumentos nas fundamentações:

- A pendência de recurso especial e recurso extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência, mesmo que o réu tenha respondido a todo o processo em liberdade e Juiz de primeiro grau tenha assegurado direito de recorrer em liberdade; art. 27, § 2.º, da Lei 8.038/1990 e Súmula 267 do STJ; a execução provisória do julgado constitui mero efeito da condenação – prolação de acórdão de embargos infringentes e de nulidade –, não possuindo natureza cautelar (um acórdão – votação por maioria);

- A expedição de mandado prisional após o término da instância ordinária não implica violação ao princípio constitucional da presunção de inocência, pois a prisão constitui-se mero efeito da condenação; porém a situação concreta não atrai a aplicação da Súmula 267 do STJ, uma vez que não resta configurado o término da instância ordinária por ainda estar em trâmite embargos de declaração defensivos; deve-se manter o réu em liberdade uma vez que os recursos ordinários têm efeito suspensivo, impedindo a execução provisória da pena (dois acórdãos).

Por fim, temos um acórdão que foi de relatoria do Min. Gilson Dipp, com decisão por unanimidade, utilizando-se dos seguintes argumentos:

- A pendência de recurso especial e recurso extraordinário não impede a execução provisória da pena, tendo em vista que não possuem efeito suspensivo, não havendo ofensa ao chamado princípio da presunção de inocência; a execução provisória do julgado constitui mero efeito da condenação; hipótese do art. 675 do CPP somente se aplica nos casos de recurso com efeito suspensivo (um acórdão).

3.3 *Decisões que vedam a possibilidade de execução antecipada da pena desagregadas por argumentos utilizados na fundamentação (STF e STJ)*

A Tabela 7 traz os argumentos utilizados pelos Ministros do STF na fundamentação de suas decisões que vedam a possibilidade de execução antecipada da pena. Os argumentos expostos abaixo são tanto literais, ou seja, aqueles da própria lavra dos Ministros, quanto aqueles que aparecem em jurisprudências citadas por eles para fundamentarem suas decisões.

Em quatro acórdãos da lavra do Min. Eros Grau a base da fundamentação utilizada para justificar a decisão foram os arts. 5.º, LVII, da CF/1988 e 105 da LEP (Lei 7.210/1984). Fundamenta ainda que tais dispositivos se sobrepõem ao art. 637 do CPP.²⁷ Finaliza a argumentação afirmando que qualquer prisão antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória é de natureza cautelar e, por isso, deve ser fundamentada conforme o art. 312 do CPP. O Min. Eros Grau também foi o relator para o acórdão em caso de relatoria original do Min. Joaquim Barbosa, utilizando-se basicamente da mesma fundamentação acima transcrita, porém desta vez sem mencionar a parte referente aos arts. 105 da LEP e 637 do CPP.

27. “Art. 637 O recurso extraordinário não tem efeito suspensivo, e uma vez arrazoados pelo recorrido os autos do traslado, os originais baixarão à primeira instância, para a execução da sentença.”

Tabela 7 – STF – Decisões que vedam a possibilidade de execução antecipada da pena desagregadas por argumentos utilizados na fundamentação (Brasil 2006-2007)

STF (acórdãos)	2.ª Turma				Total
	Relator do acórdão				
	Joaquim Barbosa		Eros Grau		
	v.u.	m.v.	v.u.	m.v.	
A – Impossibilidade de execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, de acordo com o disposto no art. 5.º, LVII, da CF/1988 e no art. 105 da LEP que, além de adequada à ordem constitucional vigente, sobrepõe-se, temporal e materialmente, ao disposto no art. 637 do CPP. A prisão antes do trânsito em julgado da condenação somente pode ser decretada a título cautelar	–	–	3	1	4
B – Impossibilidade de execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, de acordo com o disposto no art. 5.º, LVII, da CF/1988. A prisão antes do trânsito em julgado da condenação somente pode ser decretada a título cautelar	–	1*	–	–	1
Total de acórdãos	0	1	3	1	5
	1		4		
	Total 2.ª T. 5 acórdãos				

* Relator para acórdão Min. Eros Grau

Fonte: sítio eletrônico do STF.

Já a Tabela 8 traz os argumentos utilizados pelos Ministros do STJ na fundamentação de suas decisões que vedam a possibilidade de execução antecipada da pena. Os argumentos expostos abaixo são tanto literais quanto aqueles que aparecem em jurisprudências utilizadas por eles para fundamentarem suas decisões.

Os argumentos utilizados pelos Ministros do STJ para vedar a execução antecipada são mais variados do que aqueles apresentados no STF, vejamos: (a) art. 5.º, LVII, da CF/1988 (mencionado em quatro acórdãos); (b) art. 105 da LEP (mencionado em um acórdão); (c) fato de o réu ter permanecido solto durante todo o processo (mencionado em quatro acórdãos); (d) Juiz de primeiro grau garantiu direito de recorrer em liberdade (mencionado em um acórdão); (e) prisão antes do trânsito em julgado somente pode ser decretada a título cautelar – menção ao art. 312 do CPP (mencionado em três acórdãos); (f) arts. 147 e 164 da LEP e art. 50 do CP (mencionado em um acórdão); (g) simples referência ao art. 27, § 2.º, da Lei 8.038/1990 e à Súmula 267 do STJ não bastam para justificar medida cautelar restritiva (mencionado em um acórdão); e (h) sentença de primeiro grau que condiciona execução da pena ao trânsito em julgado (mencionado em um acórdão).

Tabela 8 – STJ – Decisões que vedam a possibilidade de execução antecipada da pena desagregadas por argumentos utilizados na fundamentação (Brasil 2006-2007)

STJ (acórdãos)	5.ª Turma				6.ª Turma				Total		
	Relator do acórdão				Relator do acórdão						
	Felix Fischer		Arnaldo Esteves Lima		Maria Thereza de Assis Moura		Hamilton Carvalhido			Nilson Naves	
	v.u.	m.v.	v.u.	m.v.	v.u.	m.v.	v.u.	m.v.		v.u.	m.v.
A – Impossibilidade de execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, de acordo com o disposto no art. 5.º, LVII, da CF/1988 e no art. 105 da LEP; Réu permaneceu solto durante todo o processo e Juiz de primeiro grau lhe assegurou direito de recorrer em liberdade	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
B – Impossibilidade de execução provisória da pena antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória, de acordo com o disposto no art. 5.º, LVII, da CF/1988; Nos casos em que réu permaneceu solto durante todo o processo, é primário e de bons antecedentes, ou até mesmo de maus antecedentes e reincidente, mas que respondeu solto, a prisão antes do trânsito em julgado da condenação somente pode ser decretada a título cautelar e devidamente fundamentada em dados concretos (art. 312 do CP)	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2

STJ (acórdãos)	5.ª Turma				6.ª Turma				Total		
	Relator do acórdão				Relator do acórdão						
	Felix Fischer		Arnaldo Esteves Lima		Maria Thereza de Assis Moura		Hamilton Carvalhido			Nilson Naves	
	v.u.	m.v.	v.u.	m.v.	v.u.	m.v.	v.u.	m.v.		v.u.	m.v.
	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
E – Constando da sentença que a execução da pena está condicionada ao trânsito em julgado da sentença penal condenatória, fica vedada a expedição de mandado de prisão em decorrência do não-provimento do recurso de apelação exclusivo da defesa											
Total de acórdãos	1	0	1	0	1	0	2	0	0	1	6
	1		1		1		2		1		
	Total 5.ª T. 2 acórdãos				Total 6.ª T. 4 acórdãos						

Fonte: sítio eletrônico do STJ.

3.4 STF x STJ: análise comparativa quantitativa das decisões sobre a execução antecipada da pena

A Tabela 9 traz a comparação quantitativa das decisões que versam sobre o tema da execução antecipada da pena entre o STF e o STJ. Enquanto no STF temos 36,4% das decisões analisadas reconhecendo a possibilidade da execução antecipada da pena, no STJ esse percentual chega a 73,2%. Agregando-se os dois tribunais e o total de decisões analisadas, 65,4% delas, reconhecem a possibilidade da execução antecipada.

As decisões que vedam a possibilidade de execução antecipada da pena, por sua vez, são da ordem de 45,5% no STF e de 14,6% no STJ, o que, a princípio, pode demonstrar uma maior inclinação do STJ no sentido de se deixar aplicar a pena enquanto não transitada em julgado a sentença penal condenatória. Agregando-se os dois tribunais e o total de decisões analisadas, apenas 21,2% delas vedam a possibilidade da execução antecipada.

Tabela 9 – STF x STJ: Comparação quantitativa de decisões acerca da execução antecipada da pena por Tribunal (Brasil 2006-2007)

Tribunais	STF	STJ	Total
Decisões que reconhecem a possibilidade da execução antecipada da pena	4 (36,4%)	30 (73,2%)	34 (65,4%)
Decisões que vedam a possibilidade de execução antecipada da pena	5 (45,5%)	6 (14,6%)	11 (21,2%)
Decisões com análise do mérito prejudicada em virtude do trânsito em julgado da sentença penal condenatória	2 (18,2%)	2 (4,9%)	4 (7,7%)
Decisões com análise do mérito prejudicada, mas que reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena em tese	–	1 (2,4%)	1 (1,9%)
Decisões que não conhecem do recurso, mas que vedam a possibilidade de execução antecipada da pena em tese	–	1 (2,4%)	1 (1,9%)
<i>Habeas corpus</i> não conhecidos	–	1 (2,4%)	1 (1,9%)
Total de acórdãos	11 (100,0%)	41 (100,0%)	52 (100,0%)
	11 acórdãos	41 acórdãos	

Fonte: sítios eletrônicos do STF e STJ.

3.5 STF: 1.^a Turma x 2.^a Turma: análise comparativa quantitativa das decisões sobre a execução antecipada da pena

A tabela seguinte traz os números referentes à comparação quantitativa de decisões da 1.^a e 2.^a Turmas do STF que tratam do tema em estudo. Percebemos através da análise dos números e percentuais uma diferença bem clara de posicionamento entre as referidas turmas da Suprema Corte. Enquanto na 2.^a T. apenas 14,3% das suas decisões reconhecem a possibilidade da execução antecipada da pena, na 1.^a T. esse número chega a 75%. As decisões que vedam a possibilidade da

execução antecipada na 2.^a T., por outro lado, chegam a 71,4% contra 0% na 1.^a T.

Tabela 10 – STF – Comparação quantitativa entre decisões da 1.^a e 2.^a Turmas (Brasil 2006-2007)

STF (Acórdãos)	1. ^a Turma	2. ^a Turma	Total
Decisões que reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena	3 (75,0%)	1 (14,3%)	4 (36,4%)
Decisões que vedam a possibilidade de execução antecipada da pena	–	5 (71,4%)	5 (45,5%)
Decisões com análise do mérito prejudicada em virtude do trânsito em julgado da sentença penal condenatória	1 (25,5%)	1 (14,3%)	2 (18,2%)
Total de acórdãos	4 (100,0%)	7 (100,0%)	11 (100,0%)
	Total 1. ^a T. 4 acórdãos	Total 2. ^a T. 7 acórdãos	

Fonte: sítio eletrônico do STF.

3.6 STJ: 5.^a Turma x 6.^a Turma: análise comparativa quantitativa das decisões sobre a execução antecipada da pena

A tabela a seguir mostra a comparação quantitativa das decisões da 5.^a e 6.^a Turmas do STJ. Mais uma vez podemos perceber pela análise dos dados coletados uma clara diferença de posicionamento entre as turmas do STJ. Dentre as decisões da 5.^a T., 83,3% delas reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena e apenas 5,6% vedam tal prática. Por outro lado, na 6.^a T., 80% das decisões vedam a possibilidade da execução antecipada e 0% afirmam sua possibilidade.

Tabela 11 – STJ – Comparação quantitativa entre decisões da 5.^a e 6.^a Turmas (Brasil 2006-2007)

STJ (Acórdãos)	5. ^a Turma	6. ^a Turma	Total
Decisões que reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena (mesmo que não aplicável ao caso concreto analisado)	30 (83,3%)	–	30 (73,2%)
Decisões que vedam a possibilidade de execução antecipada da pena	2 (5,6%)	4 (80,0%)	6 (14,6%)
Decisões com análise do mérito prejudicada em virtude do trânsito em julgado da sentença penal condenatória	2 (5,6%)	–	2 (4,9%)
Decisões com análise do mérito prejudicada, mas que reconhecem possibilidade de execução antecipada da pena em tese	1 (2,8%)	–	1 (2,4%)
Decisões que não conhecem do recurso, mas que vedam a possibilidade de execução antecipada da pena em tese	–	1 (20,0%)	1 (2,4%)
<i>Habeas corpus</i> não conhecidos	1 (2,8%)	–	1 (2,4%)
Total de acórdãos	36 (100,0%)	5 (100,0%)	41 (100,0%)
	Total 5. ^a T. 36 acórdãos	Total 6. ^a T. 5 acórdãos	

Fonte: sítio eletrônico do STJ.

3.7 Tipo de crime: distribuição de acórdãos sobre execução antecipada da pena por tipificação do juízo de primeira instância e tribunal

As Tabelas 12, 13 e 14, por fim, tratam da incidência dos tipos penais previstos no Código Penal e nas leis penais especiais (Leis 6.368/1976,²⁸ 8.137/1990, 7.492/1986 e 5.250/1967)²⁹ nos casos analisados tendo em vista o Tribunal em que o recurso ação foi julgado e a

28. A Lei 6.368/1976 foi revogada pela Lei 11.343/2006.

decisão acerca da execução antecipada da pena. Os tipos penais foram agregados pelo título respectivo do Código Penal ou pela Lei do qual fazem parte.

Para fins de alimentação do banco de dados da pesquisa, considerou-se *tipo penal* a norma incriminadora atribuída ao caso concreto pelo magistrado de 1.^a instância na sentença penal. Desta forma ela pode não coincidir com a atribuição feita pelos Tribunais no momento da decisão nas instâncias superiores.

Com relação à incidência dos tipos penais nos casos analisados, a Tabela 12 mostra que o STJ e o STF são chamados a decidir sobre uma gama diversificada de delitos, com predominância dos crimes contra o patrimônio: 30,3% (41,4% no STJ e 36,4% no STF). Na seqüência aparecem os delitos da Lei 6.368/1976 com 15,4% de incidência (19,5% no STJ e 0% no STF), e os crimes contra os costumes e contra a pessoa (9,6% cada) com idêntica incidência tanto no STJ (9,8%), quanto no STF (9,1%).

29. A Lei 5.250/1967 foi recentemente declarada como revogada pelo STF (ADPF 130-7, *DOU* e *DJe* 12.05.2009).

Tabela 12 – Tipo de crime: distribuição de acórdãos por tipificação do juízo de primeira instância e tribunal (Brasil 2006-2007)

Tipos	Tribunal		Total
	STJ	STF	
Crimes contra o patrimônio*	17 (41,4%)	4 (36,4%)	21 (30,3%)
Crimes contra os costumes	4 (9,8%)	1 (9,1%)	5 (9,6%)
Crimes contra a pessoa	4 (9,8%)	1 (9,1%)	5 (9,6%)
Crimes contra a fé pública	1 (2,4%)	1 (9,1%)	2 (3,8%)
Crimes contra a administração pública	3 (7,3%)	–	3 (5,8%)
Crimes contra a administração militar	1 (2,4%)	–	1 (1,9%)
Lei 6.368/1976	8 (19,5%)	–	8 (15,4%)
Lei 8.137/1990	1 (2,4%)	2 (18,2%)	3 (5,8%)
Lei 7.492/1986	1 (2,4%)	1 (9,1%)	2 (3,8%)
Lei 5.250/1967	1 (2,4%)	–	1 (1,9%)
Delito não mencionado	–	1 (9,1%)	1 (1,9%)
Total	41 acórdãos (100,0%)	11 acórdãos (100,0%)	52 (100,0%)

* Em dois casos, juntamente com o crime patrimonial, foram cometidos crime contra o respeito aos mortos e crime contra a administração pública, respectivamente.

Fonte: sítios eletrônicos do STF e STJ.

A Tabela 13 traz a distribuição dos acórdãos analisados do STF por tipificação do juízo de primeira instância e decisão sobre a execução antecipada da pena. A informação que merece destaque através da análise desta tabela diz respeito aos crimes contra o patrimônio: dentre todos os casos analisados no STF com incidência de delitos desta natureza, 75% tiveram decisões que não reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena e em 25% deles o mérito restou prejudicado (ou o recurso/ação não foi conhecido).

Tabela 13 – STF – Tipo de crime. distribuição de acórdãos por tipificação do juízo de primeira instância e decisão acerca da execução antecipada da pena (Brasil 2006-2007)

Crimes	STF			Total
	Decisões que reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena	Decisões que não reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena	Mérito prejudicado ou não conhecimento do recurso/ ação	
Crimes contra o patrimônio	–	3 (75,0%)	1 (25,0%)	4 (100,0%)
Crimes contra os costumes	1 (100,0%)	–	–	1 (100,0%)
Crimes contra a pessoa	1 (100,0%)	–	–	1 (100,0%)
Crimes contra a fé pública	–	1 (100,0%)	–	1 (100,0%)
Lei 8.137/1990	1 (50,0%)	1 (50,0%)	–	2 (100,0%)
Lei 7.492/1986	–	–	1 (100,0%)	1 (100,0%)
Delito não mencionado	1 (100,0%)	–	–	1 (100,0%)
Total	4 (36,4%)	5 (45,5%)	2 (18,2%)	11 (100,0%)
	Total STF 11 acórdãos			

Observação: Esta tabela deverá ser lida no sentido horizontal.
 Fonte: sítio eletrônico do STF.

Finalmente, a Tabela 14 nos mostra as mesmas informações da tabela anterior, mas com relação ao STJ (distribuição dos acórdãos analisados por tipificação do juízo de primeira instância e decisão sobre a execução antecipada da pena).

Em contraposição aos dados pesquisados junto ao STF, no STJ, dentre todos os casos analisados com incidência de crimes contra o patrimônio, 76,5% tiveram decisões que reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena e 23,5% contaram com decisões que não reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena. Merece destaque também os casos analisados com a incidência dos crimes da Lei 6.368/1976: em 100% deles houve decisão, no STJ, que reconhece a possibilidade de execução antecipada da pena.

Tabela 14 – STJ – Tipo de crime – distribuição de acórdãos por tipificação do juízo de primeira instância e decisão acerca da execução antecipada da pena (Brasil 2006-2007)

Tipos	STJ			Total
	Decisões que reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena	Decisões que não reconhecem a possibilidade de execução antecipada da pena	Mérito prejudicado ou não conhecimento do recurso/ação	
Crimes contra o patrimônio*	13 (76,5%)	4 (23,5%)	–	17 (100,0%)
Crimes contra os costumes	3 (75,0%)	1 (25,0%)	–	4 (100,0%)
Crimes contra a pessoa	2 (50,0%)	1 (25,0%)	1 (25,0%)	4 (100,0%)
Crimes contra a fé pública	–	–	1 (100,0%)	1 (100,0%)
Crimes contra a administração pública	1 (33,3%)	1 (33,3%)	1 (33,3%)	3 (100,0%)
Crimes contra a administração militar	1 (100,0%)	–	–	1 (100,0%)
Lei 6.368/1976	8 (100,0%)	–	–	8 (100,0%)
Lei 8.137/1990	–	–	1 (100,0%)	1 (100,0%)
Lei 7.492/1986	1 (100,0%)	–	–	1 (100,0%)
Lei 5.250/1967	1 (100,0%)	–	–	1 (100,0%)
Total	30 (73,2%)	7 (17,1%)	4 (9,8%)	41 (100,0%)
	Total STJ 41 acórdãos			

Observação: Esta tabela deverá ser lida no sentido horizontal.

*Em dois casos, juntamente com o crime patrimonial, foram cometidos crime contra o respeito aos mortos e crime contra a administração pública, respectivamente.

Fonte: sítio eletrônico do STJ.

4. BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE A RCL 2391/PR, O HC 84078-7/MG, A SÚMULA 347 DO STJ E A NOVA REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

De acordo com Heloisa Estellita Salomão (Salomão, 2006), com o surgimento da Rcl 2391/PR,³⁰ foram concedidas diversas cautelares para que os pacientes aguardassem soltos o julgamento dos *habeas corpus* sobrestados para aguardar a decisão na reclamação (MC no HC 83415/SP, Min. Marco Aurélio, QO no HC 83173, Min. Sepúlveda Pertence). Em março de 2005, porém, os reclamantes da Rcl 2391 foram soltos em primeira instância e a reclamação foi julgada prejudicada.³¹ De qualquer forma a prática inaugurada com a Rcl 2391/PR foi alargada com a remessa ao Plenário do HC 84078-7/MG pelo Min. Eros Grau em 24.11.2004, tendo este, inclusive, concedido liminares para sobrestar a execução provisória da pena privativa de liberdade enquanto a discussão estava pendente de solução no Plenário (vide: MC no HC 89034, Min. Eros Grau, DJ 21.06.2006 e MC no HC 89836, Min. Eros Grau, DJ 20.10.2006).

Já com relação à Súmula 347 do STJ, aprovada recentemente em 23.04.2008 pela 3.^a Seção do referido tribunal, esta contém o seguinte enunciado “O conhecimento de recurso de apelação do réu independe de sua prisão”.

30. O instituto da reclamação, previsto nos arts. 102, I, I (STF) e 105, I, f (STJ) possui basicamente duas finalidades: preservar a competência e garantir a autoridade das decisões destes tribunais. Trata-se de uma garantia especial que assegura “o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder”, prevista em nossa Constituição Federal no art. 5.^o, XXXIV, a. (Grinover, Gomes Filho e Fernandes, 2001, p. 426).
31. “Reclamação – Perda de objeto. 1. A petição de f. contém a notícia de o julgamento, pelo STJ, do HC 41980 haver resultado na concessão da ordem, com expedição de alvará de soltura. Em face, até mesmo, da existência do HC 87108-9/PR, a ser apreciado pela turma, tem-se a perda do objeto desta reclamação. É que a decisão de primeira instância já foi substituída por acórdão formalizado no campo revisional, partindo-se para a execução imediata, o que vem sendo questionado, ante pronunciamento do STJ, no último *habeas corpus* referido. 2. Declaro o prejuízo do pedido formulado nesta reclamação.” STF, Rcl 2391/PR, j. 02.02.2007, rel. Min. Marco Aurélio, redator p/ o acórdão Min. Joaquim Barbosa. Disponível em: [www.stf.gov.br]. Acesso em: 19.06.2008.

Até se firmar tal entendimento, vivíamos uma situação em que algumas das garantias e princípios mais caros ao Estado Democrático de Direito brasileiro eram ignorados ou flexibilizados, tais como o devido processo legal (e penal), a isonomia, a ampla defesa e a presunção de não-culpabilidade.

A referida súmula vem, finalmente, firmar entendimento no sentido de que o não recolhimento do réu condenado em primeira instância à prisão, dando início à execução antecipada da pena, não obsta o conhecimento do recurso de apelação. Nesse sentido, nas palavras de Amalia Gomes Zappala o STJ “vem patrocinar a necessária adaptação do Código de Processo Penal ao texto constitucional, reconhecendo a revogação indireta dos arts. 594 e 595 do CPP diante dos princípios e garantias que emanam do texto constitucional” (Zappala, 2008, p. 18).

Além disso, ao editar tal súmula, o STJ passa a reconhecer: o duplo grau de jurisdição como garantia constitucional; a impossibilidade de lei ordinária limitar o direito de recurso; e a possibilidade de prisão somente quando a decisão for devidamente fundamentada com fatos concretos e dentro dos parâmetros do art. 312 do CPP ou quando transitada em julgado a decisão condenatória (Zappala, 2008, p. 18).

Por fim, não podemos deixar de mencionar a recente reforma do Código de Processo Penal que entrou em vigor no mês de agosto de 2008. Apesar de polêmica, a reforma possui alguns pontos positivos, pelo menos no que se refere à questão da obrigatoriedade do réu ser preso para apelar, que ficou mais clara. O art. 1.º da Lei 11.719, de 20.06.2008, que segue na esteira do novo entendimento do STJ, e alterou o antigo art. 387 do CPP, dispõe que a juiz deverá decidir fundamentadamente sobre a manutenção ou imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento da apelação que vier a ser interposta. Nesse mesmo sentido, o art. 3.º da referida lei revogou, agora diretamente, o art. 594 do CPP que determinava o recolhimento do réu à prisão para apelar.

Tendo entrado em vigor as disposições constantes da reforma do Código de Processo Penal, não mais precisará o réu se recolher à prisão para que o seu recurso de apelação, se interposto, seja conhecido, reforçando o entendimento daqueles que sustentam ser a manutenção do *status libertatis* do réu uma garantia constitucional de caráter mais rígido do que vinha sendo encarado anteriormente.

5. CONCLUSÃO

Através da análise dos julgados recentes (2006-2007) dos tribunais superiores brasileiros acerca do tema da execução antecipada da pena foi possível se tirar algumas conclusões.

A mais clara e importante delas é a de que não havia uma uniformidade ou consenso sobre a aplicação deste instituto jurídico e sobre a sua constitucionalidade, tendo em vista o grande número de dispositivos normativos que tratam da questão de maneira direta ou mesmo tangencialmente. Os diversos argumentos levantados neste estudo e que serviram de base para a fundamentação das decisões analisadas mostram exatamente isso. Mesmo no STJ que é um tribunal que se pauta na maioria das vezes pelos precedentes, percebe-se grande discrepância nos entendimentos adotados pela 5.^a e 6.^a Turmas. A situação no STF parece ser muito semelhante haja vista as decisões díspares entre a 1.^a e 2.^a Turma na época pesquisada.

Tendo em vista este panorama pode-se inferir que a questão permanecia aberta, dentro de certos limites, e refém do subjetivismo dos julgadores que se utilizam de uma ou outra linha de argumentação – proibitiva ou permissiva – conforme os precedentes do tribunal em que atuam, situações particulares do caso concreto trazido a julgamento, entendimentos e convicções de foro pessoal, com base em nossa legislação que, devido ao excessivo número de dispositivos que tratam da questão, apontava para ambos os lados ao mesmo tempo.

Agora, definido o rumo do debate pelo STF através do recente julgamento do HC 84078-7/MG,³² em que se delimitou com mais clareza os limites da garantia constitucional da presunção de não-culpabilidade e a impossibilidade de se aplicar a execução antecipada da pena, a comunidade jurídica espera uma aplicação uniforme do referido instituto jurídico pelo Judiciário brasileiro.

32. O STF, por maioria, deferiu a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do rel. Min. Eros Grau, que foi acompanhado pelos Ministros Celso de Mello, Cezar Pelluso, Ricardo Lewandowski, Carlos Britto, Marco Aurélio e o Presidente Gilmar Mendes. Vencidos os Ministros Menezes Direito, Cármen Lúcia, Joaquim Barbosa e Ellen Gracie.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENTO, Ricardo Alves. *Presunção de inocência no processo penal*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- BUSANA, Álvaro. Presunção de inocência obsta a execução provisória da pena [Comentário de jurisprudência]. *Boletim IBCCrim* 7, vol. 1. São Paulo: IBCCrim, ago. 1993, p. 13.
- CRUZ, Rogério Schietti Machado. *Prisão cautelar*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
- DELMANTO JÚNIOR, Roberto. *As modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- DIAS, Marcus Vinicius de Viveiros. Execução penal provisória. *Boletim dos Procuradores da República* 50, vol. 5. São Paulo: PGR, jun. 2002, p. 27-28.
- FELIPPE, Kenarik Boujikian. Execução provisória (*Habeas corpus* do STF). (jurisprudência comentada). *RBCCrim* 20, ano 5. São Paulo: Ed. RT, out.-dez. 1997, p. 363-367.
- FERRAJOLI, Luigi. *Direito e razão: teoria do garantismo penal*. 2. ed. Trad. Ana Paula Zomer Sica, Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares e Luiz Flávio Gomes. São Paulo: Ed. RT, 2006.
- _____. *Derechos y garantías: la ley del más débil*. Trad. Perfecto Andrés Ibáñez y Andréa Greppi. Madrid: Trotta, 2002.
- GOMES, Luiz Flávio. *Direito de apelar em liberdade*. 2. ed. São Paulo: Ed. RT, 1996.
- GOMES FILHO, Antonio Magalhães. *Presunção de inocência e prisão cautelar*. São Paulo: Saraiva, 1991.
- _____. Significados da presunção de inocência. In: COSTA, José Faria; SILVA, Marco Antonio Marques da. *Direito penal especial, processo penal e direitos fundamentais, visão luso-brasileira*. São Paulo: Quartier Latin, 2006, p. 311-333.
- _____; GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antonio Scarance. *Recursos no processo penal*. 3. ed. São Paulo: Ed. RT, 2001.
- KUEHNE, Maurício. Revisão do decênio da reforma penal (1985-1995): considerações sobre a execução provisória da sentença penal. *Revista Justitia* 171. São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado, jul.-set. 1995. vol. 57, p. 26-37.
- _____. Sentença penal – execução provisória – possibilidade [Comentário de jurisprudência]. *Boletim IBCCrim* 46, ano 4. São Paulo: IBCCrim, set. 1996.
- LAURIA FILHO, Márcio. Princípio constitucional da presunção de inocência, direito de recorrer em liberdade e o art. 594 do CPP (*Habeas corpus* do STJ). (jurisprudência comentada). *RBCCrim* 15, ano 4. São Paulo: Ed. RT, jul.-set. 1996, p. 385-387.

- LIMA, Marcellus Polastri. *A tutela cautelar no processo penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 286-301.
- LIMA, Wanderson Marcello Moreira de. *Apelação em liberdade: o princípio da presunção de inocência e as prisões provisórias*. *Revista Síntese de Direito Penal e Processual Penal* 14. Porto Alegre: Síntese, jun.-jul. 2002. vol. 3, p. 39-47.
- MENDONÇA, Rodrigo Senzi Ribeiro de. *Execução penal provisória*. *Boletim IBC-Crim* 106, vol. 9. São Paulo: IBCCrim, set. 2001, p. 11.
- PIOVESAN, Flávia Cristina. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 4. ed. São Paulo: Max Limonad, 2000.
- PIRES, Ariosvaldo de Campos; SALES, Sheila Jorge Selim de. *Alguns movimentos político-criminais da atualidade*. *RBCCrim* 42, ano 11. São Paulo: Ed. RT, jan.-mar. 2003, p. 295-306.
- SALOMÃO, Heloisa Estellita. *Recursos nos tribunais superiores – alguns aspectos dos recursos extraordinário e especial em matéria penal e do habeas corpus*. São Paulo, 2006. Notas de aula no Curso de Especialização em Direito Penal Econômico da Escola de Direito de São Paulo da FGV.
- SILVA FRANCO, Alberto. *Crimes hediondos*. 5. ed. São Paulo: Ed. RT, 2005.
- SOARES, Olavo Berriel. *A presunção de inocência e o direito de recorrer em liberdade [Comentário de jurisprudência]*. *Boletim IBCCrim* 28. São Paulo: IBCCrim, abr. 1995. vol. 3, p. 93.
- SOUZA, José Barcelos de. *Execução provisória da pena (HC 80.535-3-SC, do STF)*. [Jurisprudência comentada]. *RBCCrim* 35, ano 9. São Paulo: Ed. RT, jul.-set. 2001, p. 297-307.
- TUCCI, Rogério Lauria. *Direitos e garantias individuais no processo penal brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Ed. RT, 2004.
- _____. *Limitação da extensão de apelação e inexistência de execução penal provisória*. *RBCCrim* 33. São Paulo: Ed. RT, jan.-mar. 2001, p. 241-252.
- WUNDERLICH, Alexandre. *Muito além do bem e do mal: considerações sobre a execução penal antecipada*. In: CARVALHO, Salo de (org.). *Crítica à execução penal – doutrina, jurisprudência e projetos legislativos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002, p. 501-520.
- ZAPPALA, Amalia Gomes. *Súmula 347 do STJ – Fim da inconstitucional escolha entre liberdade e apelação*. *Boletim IBCCrim* 187, ano 16. São Paulo: IBC-Crim, jun. 2008, p. 18.

ANEXO A

Pesquisa de jurisprudência no STF (realizada em 19.06.2008)

Tabela 1

Vocábulo pesquisado: “execução provisória da pena” – no período compreendido entre 01.01.2006 até 31.12.2007 – 6 documentos encontrados. Os acórdãos analisados estão marcados com o símbolo * na primeira coluna, logo após o tipo de ação.

Tipo de ação + número processo	Relator	Data do julgamento	Data da Publicação. Fonte (DJ)	Órgão julgador
1) HC 90645/PE*	Min. Marco Aurélio Rel. p/ acórdão Min. Menezes Direito	11.09.2007	14.11.2007, p. 51	1.ª T.
2) HC 89799/SP*	Min. Joaquim Barbosa	11.09.2007	30.11.2007, p. 128	2.ª T.
3) HC 91675/PR*	Min. Cármen Lúcia	04.09.2007	07.12.2007, p. 59	1.ª T.
4) HC 89952/MG*	Min. Joaquim Barbosa	15.05.2007	29.06.2007, p. 144	2.ª T.
5) HC 86753/RS*	Min. Cármen Lúcia	07.11.2006	01.12.2006, p. 76	1.ª T.
6) HC 85616/AM*	Min. Ricardo Lewandowski	24.10.2006	17.11.2006, p. 59	1.ª T.

Tabela 2

Vocábulo pesquisado: “execução antecipada da pena” – no período compreendido entre 01.01.2006 até 31.12.2007 – 5 documentos encontrados. Os acórdãos analisados estão marcados com o símbolo * na primeira coluna, logo após o tipo de ação.

Tipo de ação + número processo	Relator	Data do julgamento	Data da Publicação. Fonte (DJ)	Órgão julgador
1) HC 90645/PE*	Min. Marco Aurélio Rel. p/ acórdão Min. Menezes Direito	11.09.2007	14.11.2007, p. 51	1.ª T.
2) HC 89799/SP*	Min. Joaquim Barbosa	11.09.2007	30.11.2007, p. 128	2.ª T.
3) HC 91675/PR*	Min. Cármen Lúcia	04.09.2007	07.12.2007, p. 59	1.ª T.
4) HC 89952/MG*	Min. Joaquim Barbosa	15.05.2007	29.06.2007, p. 144	2.ª T.
5) HC 86753/RS*	Min. Cármen Lúcia	07.11.2006	01.12.2006, p. 76	1.ª T.
6) HC 85616/AM*	Min. Ricardo Lewandowski	24.10.2006	17.11.2006, p. 59	1.ª T.

ANEXO B

Pesquisa de jurisprudência no STJ (realizada em 19.06.2008)

Tabela 3

Vocábulo pesquisado: “ execução provisória da pena ” – no período compreendido entre 01.01.2006 até 31.12.2007 – 122 documentos encontrados. Os acórdãos analisados estão marcados com o símbolo * na primeira coluna, logo após o tipo de ação.

Tipo de ação + número processo	Relator	Data do julgamento	Data da Publicação. Fonte (DJ)	Órgão julgador
1) HC 76725/DF*	Min. Maria Thereza de Assis Moura	18.12.2007	25.02.2008, p. 363	6.ª T.
2) EDcl no HC 75287/SP	Min. Jane Silva (Des. convocada do TJMG)	13.12.2007	07.02.2008, p. 1	5.ª T.
3) HC 93550/RR	Min. Maria Thereza de Assis Moura	13.12.2007	11.02.2008, p. 1	6.ª T.
4) HC 70472/SP*	Min. Laurita Vaz	28.11.2007	17.12.2007, p. 240	5.ª T.
5) HC 72726/SP	Min. Maria Thereza de Assis Moura	20.11.2007	10.12.2007, p. 448	6.ª T.
6) HC 67984/SP	Min. Laurita Vaz	20.11.2007	17.12.2007, p. 239	5.ª T.
7) HC 86860/CE*	Min. Laurita Vaz	20.11.2007	17.12.2007, p. 262	5.ª T.
8) HC 66673/SP	Min. Laurita Vaz	20.11.2007	17.12.2007, p. 239	5.ª T.
9) HC 73173/SP	Min. Jane Silva (Des. convocada do TJMG)	08.11.2007	26.11.2007, p. 220	5.ª T.
10) HC 87253/SP*	Min. Laurita Vaz	08.11.2007	03.12.2007, p. 349	5.ª T.

Tipo de ação + número processo	Relator	Data do julgamento	Data da Publicação. Fonte (DJ)	Órgão julgador
11) HC 83839/SP	Min. Jane Silva (Des. convocada do TJMG)	25.10.2007	12.11.2007, p. 261	5.ª T.
12) HC 47922/PR	Min. Arnaldo Esteves Lima	25.10.2007	10.12.2007, p. 401	5.ª T.
13) HC 84555/SP*	Min. Felix Fischer	25.10.2007	17.12.2007, p. 253	5.ª T.
14) HC 87462/RO	Min. Felix Fischer	25.10.2007	17.12.2007, p. 265	5.ª T.
15) HC 75287/SP	Min. Jane Silva (Des. convocada do TJMG)	18.10.2007	05.11.2007, p. 311	5.ª T.
16) HC 73537/ES*	Min. Arnaldo Esteves Lima	18.10.2007	05.11.2007, p. 310	5.ª T.
17) HC 71469/SP	Min. Carlos Fernando Mathias (Juiz convocado do TRF-1.ª Região)	09.10.2007	29.10.2007, p. 318	6.ª T.
18) HC 76195/SP	Min. Jane Silva (Des. convocada do TJMG)	04.10.2007	22.10.2007, p. 327	5.ª T.
19) HC 75613/SP*	Min. Jane Silva (Des. convocada do TJMG)	04.10.2007	22.10.2007, p. 326	5.ª T.
20) HC 81943/SP	Min. Laurita Vaz	02.10.2007	29.10.2007, p. 288	5.ª T.
21) HC 74105/SP	Min. Jane Silva (Des. convocada do TJMG)	25.09.2007	15.10.2007, p. 314	5.ª T.

Tipo de ação + número processo	Relator	Data do julgamento	Data da Publicação. Fonte (DJ)	Órgão julgador
22) HC 84842/RJ*	Min. Jane silva (Des. Convocada do TJMG)	25.09.2007	15.10.2007, p. 334	5.ª T.
23) HC 83535/SP	Min. Jane Silva (Des. convocada do TJMG)	25.09.2007	15.10.2007, p. 329	5.ª T.
24) HC 84989/SP	Min. Napoleão Nunes Maia Filho	20.09.2007	08.10.2007, p. 351	5.ª T.
25) HC 83276/SP*	Min. Felix Fischer	11.09.2007	29.10.2007, p. 289	5.ª T.
26) HC 76563/SP	Min. Arnaldo Esteves Lima	06.09.2007	22.10.2007, p. 327	5.ª T.
27) HC 48148/MG	Min. Arnaldo Esteves Lima	06.09.2007	22.10.2007, p. 319	5.ª T.
28) HC 72727/RJ*	Min. Jane Silva (Des. convocada do TJMG)	29.08.2007	10.12.2007, p. 403	5.ª T.
29) HC 77547/SP	Min. Napoleão Nunes Maia Filho Relator(a) p. acórdão Min. Jane Silva (Des. convocada do TJMG)	28.08.2007	17.09.2007, p. 323	5.ª T.
30) HC 78995/SP	Min. Felix Fischer	23.08.2007	01.10.2007, p. 325	5.ª T.
31) Rcl 2460/PE*	Min. Felix Fischer	22.08.2007	08.11.2007, p. 160	3.ª Seção
32) HC 46983/MG	Min. Arnaldo Esteves Lima	16.08.2007	01.10.2007, p. 302	5.ª T.
33) HC 60330/SC	Min. Arnaldo Esteves Lima	09.08.2007	10.09.2007, p. 254	5.ª T.

Tipo de ação + número processo	Relator	Data do julgamento	Data da Publicação. Fonte (DJ)	Órgão julgador
34) RHC 21451/RJ*	Min. Felix Fischer	09.08.2007	17.09.2007, p. 309	5.ª T.
35) HC 48227/RJ	Min. Felix Fischer	09.08.2007	17.09.2007, p. 310	5.ª T.
36) HC 76080/SP	Min. Felix Fischer	09.08.2007	24.09.2007, p. 338	5.ª T.
37) HC 64067/SP*	Min. Felix Fischer	09.08.2007	12.11.2007, p. 244	5.ª T.
38) HC 59748/RJ	Min. Napoleão Nunes Maia Filho	07.08.2007	27.08.2007, p. 278	5.ª T.
39) HC 70207/SP	Min. Laurita Vaz	02.08.2007	10.09.2007, p. 262	5.ª T.
40) HC 79635/SP*	Min. Felix Fischer	28.06.2007	10.09.2007, p. 283	5.ª T.
41) EDcl no HC 74747/PE	Min. Laurita Vaz	21.06.2007	06.08.2007, p. 575	5.ª T.
42) HC 71515/RS	Min. Gilson Dipp	19.06.2007	06.08.2007, p. 568	5.ª T.
43) AgRg na MC 12493/SP*	Min. Hamilton Carvalhido	26.04.2007	25.06.2007, p. 298	6.ª T
44) HC 75696/MG	Min. Arnaldo Esteves Lima	19.04.2007	21.05.2007, p. 604	5.ª T.
45) HC 57944/SP	Min. Arnaldo Esteves Lima	03.04.2007	07.05.2007, p. 340	5.ª T.
46) HC 72890/SP*	Min. Felix Fischer	03.04.2007	10.09.2007, p. 266	5.ª T.
47) HC 62264/RJ	Min. Felix Fischer	15.03.2007	21.05.2007, p. 598	5.ª T.

Tipo de ação + número processo	Relator	Data do julgamento	Data da Publicação. Fonte (DJ)	Órgão julgador
48) HC 68254/SP	Min. Laurita Vaz	15.02.2007	12.03.2007, p. 297	5.ª T.
49) HC 62465/SP*	Min. Laurita Vaz	13.02.2007	12.03.2007, p. 281	5.ª T.
50) HC 61481/RO	Min. Laurita Vaz	13.02.2007	12.03.2007, p. 279	5.ª T.
51) HC 69203/PI	Min. Laurita Vaz	13.02.2007	12.03.2007, p. 299	5.ª T.
52) HC 63540/RJ*	Min. Arnaldo Esteves Lima	06.02.2007	26.02.2007, p. 624	5.ª T.
53) HC 69758/PB	Min. Laurita Vaz	06.02.2007	05.03.2007, p. 311, <i>LEX-STJ</i> 212/385	5.ª T.
54) HC 63873/SP	Min. Arnaldo Esteves Lima	07.12.2006	05.02.2007, p. 295	5.ª T.
55) HC 66151/SP*	Min. Felix Fischer	07.12.2006	26.02.2007, p. 626	5.ª T.
56) REsp 805304/RJ	Min. Hamilton Carvalhido	30.11.2006	09.04.2007, p. 290	6.ª T.
57) HC 68052/MS	Min. Felix Fischer	28.11.2006	26.02.2007, p. 629	5.ª T.
58) HC 66129/MS*	Min. Felix Fischer	21.11.2006	05.02.2007, p. 306	5.ª T.
59) HC 60571/RS	Min. Laurita Vaz	21.11.2006	05.02.2007, p. 281	5.ª T.
60) HC 63859/SP	Min. Laurita Vaz	21.11.2006	05.02.2007, p. 295	5.ª T.
61) HC 53192/SC*	Min. Arnaldo Esteves Lima	20.11.2006	11.12.2006, p. 395	5.ª T.

Tipo de ação + número processo	Relator	Data do julgamento	Data da Publicação. Fonte (DJ)	Órgão julgador
62) HC 59401/SP	Min. Laurita Vaz	14.11.2006	11.12.2006, p. 398	5.ª T.
63) HC 57607/RO	Min. Laurita Vaz	14.11.2006	11.12.2006, p. 396	5.ª T.
64) HC 63906/MG*	Min. Laurita Vaz	14.11.2006	11.12.2006, p. 401	5.ª T.
65) HC 67348/SP	Min. Felix Fischer	14.11.2006	12.03.2007, p. 291	5.ª T.
66) HC 52993/MG	Min. Hamilton Carvalho	14.11.2006	09.04.2007, p. 270	6.ª T.
67) HC 58799/MG*	Min. Felix Fischer	07.11.2006	05.02.2007, p. 277	5.ª T.
68) HC 60759/SC	Min. Laurita Vaz	24.10.2006	20.11.2006, p. 352	5.ª T.
69) HC 49644/SP	Min. Hamilton Carvalho	24.10.2006	05.02.2007, p. 390	6.ª T.
70) HC 61920/SP*	Min. Gilson Dipp	05.10.2006	30.10.2006, p. 366	5.ª T.
71) HC 61819/SP	Min. Felix Fischer	03.10.2006	26.02.2007, p. 621	5.ª T.
72) HC 57627/RS	Min. Laurita Vaz	26.09.2006	16.10.2006, p. 400	5.ª T.
73) HC 60767/SP*	Min. Laurita Vaz	26.09.2006	30.10.2006, p. 360	5.ª T.
74) HC 58188/SP	Min. Hamilton Carvalho	26.09.2006	05.02.2007, p. 400	6.ª T.
75) HC 57456/SC	Min. Hamilton Carvalho	26.09.2006	05.02.2007, p. 399	6.ª T.

Tipo de ação + número processo	Relator	Data do julgamento	Data da Publicação. Fonte (DJ)	Órgão julgador
76) HC 60128/MG*	Min. Arnaldo Esteves Lima	21.09.2006	16.10.2006, p. 408	5.ª T.
77) HC 54403/RJ	Min. Hamilton Carvalhido	21.09.2006	09.04.2007, p. 271	6.ª T.
78) HC 60190/SP	Min. Arnaldo Esteves Lima	19.09.2006	16.10.2006, p. 409	5.ª T.
79) HC 59669/SP*	Min. Laurita Vaz	19.09.2006	30.10.2006, p. 355	5.ª T.
80) HC 59652/SC	Min. Laurita Vaz	19.09.2006	30.10.2006, p. 355	5.ª T.
81) HC 61136/MG	Min. Laurita Vaz	19.09.2006	30.10.2006, p. 362	5.ª T.
82) HC 60544/MG*	Min. Laurita Vaz	12.09.2006	30.10.2006, p. 359	5.ª T.
83) HC 55576/PE	Min. Felix Fischer	12.09.2006	04.12.2006, p. 341	5.ª T.
84) HC 55749/RS	Min. Felix Fischer	17.08.2006	02.10.2006, p. 296	5.ª T.
85) HC 42483/RJ*	Min. Arnaldo Esteves Lima	03.08.2006	04.09.2006, p. 291	5.ª T.
86) HC 58755/PA	Min. Laurita Vaz	03.08.2006	11.09.2006, p. 333	5.ª T.
87) HC 55740/SP	Min. Laurita Vaz	03.08.2006	11.09.2006, p. 324	5.ª T.
88) HC 56278/RS*	Min. Felix Fischer	03.08.2006	16.10.2006, p. 397	5.ª T.
89) HC 57791/PE	Min. Hamilton Carvalhido	29.06.2006	28.08.2006, p. 310	6.ª T.

Tipo de ação + número processo	Relator	Data do julgamento	Data da Publicação. Fonte (DJ)	Órgão julgador
90) HC 53520/MG	Min. Arnaldo Esteves Lima	20.06.2006	01.08.2006, p. 487	5.ª T.
91) HC 43967/SP*	Min. Arnaldo Esteves Lima	20.06.2006	01.08.2006, p. 466	5.ª T.
92) HC 56527/MG	Min. Laurita Vaz	20.06.2006	01.08.2006 ,p. 499	5.ª T.
93) HC 57370/SP 0	Min. Laurita Vaz	20.06.2006	01.08.2006, p. 503	5.ª T.
94) HC 57263/SP*	Min. Felix Fischer	20.06.2006	14.08.2006, p. 310	5.ª T.
95) HC 51301/SP	Min. Felix Fischer	12.06.2006	04.09.2006, p. 298	5.ª T.
96) EDcl nos EDcl no REsp 612328/PR	Min. Arnaldo Esteves Lima	06.06.2006	26.06.2006, p. 188	5.ª T.
97) HC 47451/RJ*	Min. Hamilton Carvalhido	23.05.2006	05.06.2006, p. 321	6.ª T.
98) HC 50940/SP	Min. Arnaldo Esteves Lima	23.05.2006	26.06.2006, p. 174	5.ª T.
99) HC 52973/PR	Min. Gilson Dipp	18.05.2006	12.06.2006, p. 522	5.ª T.
100) HC 51364/PE*	Min. Laurita Vaz	04.05.2006	12.06.2006, p. 516	5.ª T.
101) HC 47381/MS	Min. Felix Fischer	04.05.2006	12.06.2006, p. 510	5.ª T.
102) HC 51400/RJ	Min. Felix Fischer	02.05.2006	05.06.2006, p. 303	5.ª T.
103) HC 52326/RJ*	Min. Laurita Vaz	18.04.2006	15.05.2006, p. 263	5.ª T.

Tipo de ação + número processo	Relator	Data do julgamento	Data da Publicação. Fonte (DJ)	Órgão julgador
104) HC 53387/AL	Min. Felix Fischer	18.04.2006	22.05.2006, p. 234	5.ª T.
105) HC 52166/SP	Min. Felix Fischer	18.04.2006	29.05.2006, p. 278	5.ª T.
106) HC 48698/SP*	Min. Laurita Vaz	11.04.2006	08.05.2006, p. 249	5.ª T.
107) HC 52944/MG	Min. Felix Fischer	11.04.2006	22.05.2006, p. 233	5.ª T.
108) HC 46902/SP	Min. Gilson Dipp	06.04.2006	02.05.2006, p. 348	5.ª T.
109) HC 53260/MG*	Min. Felix Fischer	06.04.2006	22.05.2006, p. 234	5.ª T.
110) HC 49777/SP	Min. Felix Fischer	06.04.2006	22.05.2006, p. 226	5.ª T.
111) HC 50266/SP	Min. Paulo Medina	06.04.2006	30.10.2006, p. 419	6.ª T.
112) EDcl no HC 30091/SC*	Min. Hamilton Carvalhido	04.04.2006	05.02.2007, p. 383	6.ª T.
113) HC 45389/SP	Min. Arnaldo Esteves Lima	14.03.2006	24.04.2006, p. 423	5.ª T.
114) HC 44553/RS	Min. Arnaldo Esteves Lima	14.03.2006	24.04.2006, p. 422	5.ª T.
115) HC 48089/RJ*	Min. Laurita Vaz	07.03.2006	03.04.2006, p. 380	5.ª T.
116) HC 37509/SP	Min. Paulo Gallotti	21.02.2006	24.04.2006, p. 465	6.ª T.
117) HC 44109/MG	Min. Hélio Quaglia Barbosa	16.02.2006	13.03.2006, p. 378	6.ª T.

Tipo de ação + número processo	Relator	Data do julgamento	Data da Publicação. Fonte (DJ)	Órgão julgador
118) HC 44356/MG	Min. Nilson Naves	09.02.2006	04.12.2006, p. 380	6.ª T.
119) HC 41508/SP*	Min. Hélio Quaglia Barbosa	07.02.2006	06.03.2006, p. 448	6.ª T.
120) HC 50432/RS	Min. Laurita Vaz	02.02.2006	20.03.2006, p. 329	5.ª T.
121) HC 48981/CE*	Min. Laurita Vaz	02.02.2006	20.03.2006, p. 326	5.ª T.
122) HC 47573/RS	Min. Gilson Dipp	02.02.2006	10.04.2006, p. 250	5.ª T.

Pesquisa de jurisprudência no STJ (realizada em 19.06.2008)

Vocabulo pesquisado: “execução antecipada da pena” – no período compreendido entre 01.01.2006 até 31.12.2007 – 0 documentos encontrados.